

ATA NÚMERO 99/XII (2.ª)

Aos cinco do mês de fevereiro de 2013, pelas 16 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

16:00 Horas:

Audição do Conselho da Autoridade da Concorrência, ao abrigo do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para que se proceda ao cabal esclarecimento do atual funcionamento e das alterações a que deverá estar sujeita a Empresa Jornal da Madeira, Lda.

17:30 Horas:

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

2 — Apreciação e votação da redação final dos projetos de resolução n.ºs 554/XII (2.ª), do PSD e CDS-PP — Recomenda ao Governo que não limite ou não restrinja o centro de produção da RTP Norte —, e 566/XII (2.ª), do PS — Recomenda ao Governo a salvaguarda da qualidade e diversidade da produção e informação do Centro de Produção da RTP no Porto, nomeadamente no que concerne ao seu importante papel junto das regiões, bem como a manutenção do atual número de conteúdos programáticos especialmente direcionados para a promoção de entidades e projetos de âmbito local e regional a emitir em sinal aberto.

3 — Votação do parecer sobre o projeto de lei n.º 275/XII (2.ª) (BE) - Altera a estrutura da ERC, garantindo a isenção, idoneidade e independência do Conselho Regulador face ao poder político e económico:

Relator: Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP);

4 — Apreciação e votação do parecer sobre o projeto de lei n.º 329/XII (2.ª), do BE — Altera o Estatuto dos Deputados, aditando novos impedimentos:

Relator: Deputado Sérgio Azevedo (PSD);

5 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE sobre a sustentabilidade e os compromissos do serviço público da RTP;

6 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS sobre a reestruturação da RTP;

7 — Apreciação e votação das Atas n.^{os} 80 a 82;

8 — Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, deu início à audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, Manuel Sebastião, ao abrigo do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, começando por explicar a metodologia dos trabalhos.

O Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência usou da palavra para referir que esta já era a segunda vez que era ouvido na Comissão sobre esta matéria, que o único facto novo que gostaria de acrescentar era o que tinha a ver com a queixa apresentada pelo *Diário de Notícias* da Madeira em Bruxelas, tendo a Comissão Europeia, em novembro de 2012, concluído que a situação não configurava um auxílio do Estado suscetível de ser abrangido pelo Tratado e que pudesse afetar o comércio entre os Estados-membros, pelo que não deveria atuar. Por último, sublinhou que a Autoridade da Concorrência só pode emitir recomendações.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra, para questões ou comentários, os Senhores Deputados Jacinto Serrão (PS), Hugo Velosa (PSD), Rui Barreto (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP), tendo o Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência respondido a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções.

O Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS), do grupo parlamentar proponente do requerimento, frisou que, apesar de este assunto ser recorrente, o facto é que até hoje nenhuma entidade conseguiu resolver um problema que se arrasta há anos. Questionou o Presidente da

Autoridade da Concorrência no sentido de saber se as entidades reguladoras não podem encontrar uma solução para resolver esta situação.

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) sublinhou que a Autoridade da Concorrência já disse tudo o que tinha a dizer sobre esta matéria, já fez alguns reparos ao *Jornal da Madeira*, tendo dito, claramente, que não tem competência para atuar nesta matéria.

O Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP) perguntou o que é que a Autoridade da Concorrência pode fazer para reprimir este tipo de comportamentos, se apenas serve para emitir recomendações, e que outras vias existem para resolver esta situação.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) perguntou o que será necessário fazer para que a Autoridade da Concorrência possa intervir.

O Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência disse que esta entidade fez o que podia e devia fazer para resolver este problema, que não há violação da Lei da Concorrência mas, sim, um auxílio de Estado, matéria que não recai no âmbito da Autoridade da Concorrência.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jacinto Serrão (PS), Hugo Velosa (PSD), Rui Barreto (CDS-PP) e Carla Cruz (CDS-PP), tendo o Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência respondido globalmente aos Senhores Deputados.

A audição foi gravada, encontrando-se a gravação disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20130205_1.mp3, pelo que não se procede a mais desenvolvimentos nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 17 horas e 15 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.

Quanto ao primeiro ponto da Ordem do Dia, estando em causa matéria relativa ao Estatuto dos Deputados, os assuntos foram tratados à porta fechada.

Passando ao segundo ponto da Ordem do Dia, a redação final dos projetos de resolução n.ºs 554 e 566/XII (2.ª) foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

De seguida, no ponto três da Ordem do Dia, e uma vez que a sua discussão já tinha sido feita numa reunião anterior, foi submetido à votação o parecer do Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) sobre o projeto de lei n.º 275/XII (1.ª), que também foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

Entrando no ponto quatro da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD) fez a apresentação do parecer sobre o projeto de lei n.º 329/XII (2.ª), do BE, que pode ser consultado em <http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/DocumentosIniciativaComissao/0306fb7a-f03e-4ea4-a658-fffc34dfc380.pdf>. Referiu que o diploma em apreço, constituindo a retoma integral do projeto de lei n.º 32/XII (1.ª), também do BE, prevê, nos artigos 1.º e 2.º, a alteração da alínea a) do n.º 5, das alíneas a) e b) do n.º 6 e o aditamento da alínea d) do n.º 5, todos do artigo 21.º do Estatuto dos Deputados, tendo concluído que a iniciativa reúne todas as condições para ser discutido em Plenário.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do BE.

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, o ponto quinto da Ordem do Dia foi discutido após a discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PS.

Quanto ao ponto seis da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) referiu que depois do anúncio feito na semana passada sobre algumas linhas fundamentais de reestruturação e de modernização da RTP faz todo o sentido que o Presidente do Conselho de Administração venha ao Parlamento explicar o é que o Governo pretende fazer na empresa.

Os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Rodrigues (PSD) mostraram a sua total disponibilidade para ouvir o Presidente do Conselho de Administração da RTP, mas apenas quando estiver consolidado o plano de reestruturação, proposta à qual o Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) disse não dar o seu assentimento na medida em que o mesmo devia ser apresentado à Comissão antes desse dia para que não se venha a ter dele conhecimento através da comunicação social. Assim sendo, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP apresentaram na Mesa um requerimento para requerer a audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP logo a seguir à apresentação do plano de reestruturação.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Submetido à votação, o requerimento do Grupo Parlamentar do PS foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Prosseguindo os trabalhos, e entrando no ponto quinto da Ordem do Dia, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) para apresentar o requerimento do seu Grupo Parlamentar, dizendo que o que estava em causa era a importância do serviço público para a sociedade portuguesa e para a democracia, e o respeito pelos compromissos assumidos com a população e com os trabalhadores da empresa.

Submetido à votação, o requerimento do Grupo Parlamentar do BE foi rejeitado, com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e votos a favor dos Grupos Parlamentares do PS, do PCP e do BE.

As Atas n.ºs 80 a 82 foram aprovadas por unanimidade.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20130205_2.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 17 horas e 52 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 5 de fevereiro de 2013

O PRESIDENTE,

(José Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Carla Rodrigues
Cecília Honório
Francisca Almeida
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
João Portugal
Manuel Seabra
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
Cláudia Monteiro de Aguiar
Hugo Velosa
João Figueiredo
João Lobo
Margarida Neto
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros
Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Luís Pita Ameixa



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 09/04/2013.